

**ESTATUTO SOCIAL**  
**Foro do Brasil**



# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

### ÍNDICE GERAL

Pag.

#### 1. TÍTULO I

##### DA ASSOCIAÇÃO, OBJETIVOS E ASSOCIADOS

###### CAPÍTULO I

Seção I - Denominação, sede, circulação, publicidade, territorialidade, atuação, duração e ano fiscal – art. 1º a 3º .....

###### Seção II

Do Conceito e dos objetivos – art. 4º .....

###### CAPÍTULO II

###### Seção I

Dos associados e suas categorias – art. 5º .....

###### Seção II

Da admissão, demissão e exclusão de associados – art. 6º a 8º .....

###### Seção III

Dos direitos, deveres e responsabilidades dos associados efetivos – art. 9º a 11 .....

###### Seção IV

Da Representação dos Associados – art. 12 .....

#### 2. TÍTULO II

##### DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

###### CAPÍTULO I

Da composição e denominação – art. 13 .....

###### CAPÍTULO II

Da Assembleia Geral – art. 14 a 22 .....

###### CAPÍTULO III

Do Conselho Deliberativo – art. 23 a 24 .....

###### CAPÍTULO IV

Da Diretoria Executiva – art. 25 a 35 .....

###### CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal – art. 36 a 38.....

###### CAPÍTULO VI

Diretorias Regionais, Sub-regionais, Representantes e Dependências – art. 39 a 42...

#### 3. TÍTULO III

##### DO PROCESSO ELEITORAL

###### CAPÍTULO ÚNICO

Das eleições do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal Diretorias Regionais e Diretorias Sub-Regionais - art. 43 a 50.....

# **ESTATUTO SOCIAL**

## **Foro do Brasil**

### **4. TÍTULO IV**

#### **DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

##### **CAPÍTULO I**

**Do Exercício social e Movimentação Financeira – art. 51 a 52.....**

##### **CAPÍTULO II**

**Do patrimônio e fundos financeiros de manutenção – 53 a 54.....**

##### **CAPÍTULO III**

**Do Fundo Especial de Projetos art. 55.....**

##### **CAPÍTULO IV**

**Do controle interno art. 56.....**

### **5. TÍTULO V**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Das disposições gerais e transitórias art. 57 a 67.....**

# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

### TÍTULO I

#### DA ASSOCIAÇÃO, OBJETIVOS E ASSOCIADOS

#### CAPÍTULO I

#### Seção I

Denominação, sede, circulação, publicidade, territorialidade, atuação, duração e ano fiscal

**Art. 1º.** O **Foro do Brasil** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é uma associação de âmbito nacional, organizada conforme os art. 53 a 61 do Código Civil Brasileiro e art. 5º, XVIII da Constituição Federal, com endereço sede na Tv. Leovigildo Figueiras - Garcia, Salvador - BA, 40301-155, Anexo predio da Capela, que reger-se-á pelo presente Estatuto e pelo Regimento Interno que vier a ser adotado, bem comopelas demais normas de direito que lhe forem aplicáveis, com foro jurídico na Comarca de Aracaju no Estado de Sergipe.

§ 1º. A Associação circulará sob a denominação de **Foro do Brasil** e poderá utilizar a nomenclatura/nome de fantasia **Foro do Brasil**, nominativa ou mista, acompanhada ou não da figura símbolo, ou mesmo está isolada, com ou sem, independente da razão social ou dos nomes fantasia completos, em material de divulgação, formulários, sites, folders, redes sociais e publicidade em geral, existentes ou que venham a existir, sendo que:

- I - Toda publicidade envolvendo a entidade deve ser previamente aprovada pela diretoria executiva;
- II – A confecção de qualquer material de apoio, tais como flâmulas, bandeiras, banners, folders, material de escritório, cartões de visita, por meios físicos ou eletrônicos etc., deve ser supervisionada pela diretoria executiva;
- III – O uso do nome, da marca e da logomarca é de prerrogativa exclusiva da entidade, não podendo dela fazer uso os associados em suas correspondências ou publicidade individual, exceto em situações específicas aprovadas pela diretoria executiva.
- IV - O associado inscrito e em dia com os compromissos poderá usar o distintivo alusivo à associação, cuja forma de aquisição será de acordo com o regimento interno.

§ 2º. A Associação, cuja sede central é na cidade de Salvador\BA, atuará com apoio em ambientes físicos e virtuais e poderá abrir unidades físicas no país, em qualquer Município e no Distrito Federal, e em outros países, e em ambas as circunstâncias sob as denominações de diretorias regionais, diretorias sub-regionais, representações e outras dependências ou unidades avançadas, ou de outra forma que for adotada quando em países estrangeiros e sob as leis locais, preservando a sua sede central.

# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

- § 3º. Os cargos do **Foro do Brasil** são exercidos exclusivamente por associados, sem vínculo empregatício, sem remuneração ou qualquer outro ônus para a associação, e nenhum componente do **Foro do Brasil**, seja diretor ou associado, está autorizado a contratar funcionário ou serviços terceirizados, ou assumir qualquer compromisso em nome da associação sem que haja aprovação prévia e expressa da diretoria executiva.
- § 4º. Aquele que, eventualmente, incorrer na violação ao § 3º assume os riscos, inclusive do direito de regresso por parte da associação caso venha a ser responsabilizada por atos do associado, dirigente ou não.
- Art. 2º.** A associação foi fundada em 29/06/2023, através da Primeira Assembleia Geral Extraordinária e terá duração por tempo indeterminado, sendo o seu ano fiscal coincidente com o ano civil, findando-se em 31 de dezembro.
- Art. 3º.** A associação possui um Regimento Interno aprovado por assembleia geral e que complementa este estatuto e disciplina o funcionamento da organização.

### Seção II

#### Do Conceito e dos objetivos

- Art. 4º.** A associação representa os valores e princípios conservadores e Cristãos como a preservação de todos os valores da cultura judaico cristã, dos valores da família tradicional, a cristandade, o patriotismo, o estado mínimo, os direitos individuais, direito à livre expressão e à crítica, direito de propriedade e ao porte de armas para defesa pessoal e da propriedade, o livre mercado e a economia liberal, a meritocracia, a retidão na conduta individual pautados pela ética, moral e honestidade, tendo como objetivos primordiais aprofundar o debate e procurar avançar com propostas de unidade de ação consensuais na luta anti-comunista e popular, promover intercâmbios especializados em torno dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais, mas sem se limitar a esse:
- I – os estudos sociais, políticos, econômicos e de cooperação com a educação, promovendo pesquisas, debates, seminários, simpósios e congressos no campo das ciências e na proteção de interesses difusos, coletivos e homogêneos, sempre de acordo com as concepções do conservadorismo e das regras de fé e práticas constante na bíblia Cristã e através de, mas sem a estas se limitar;
  - II – Estimular, apoiar e atuar na defesa das prerrogativas constitucionais, fomentando o desenvolvimento do espírito associativo e a solidariedade, buscando e oferecendo subsídios com recursos intelectuais e materiais, fundados nas capacidades técnicas e humanas;
  - III – Propor todas as demandas judiciais necessárias, **desde já autorizadas** pelos associados, no que se refere a atuação da Associação na defesa dos seus objetivos estatutários, em especial restando autorizado o ingresso das ações diretas de controle de constitucionalidade, sendo elas a (ADIn) Ação Direta de

# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

Inconstitucionalidade; ADC (ADECEN): Ação Declaratória de Constitucionalidade; ADO: Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão; ADPF: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e demais demandas sobre improbidade administrativa, ação civil pública, mandado de segurança individual ou coletivo, mandado de injunção, notificações, interpelações, ação popular, *habeas corpus*, *habeas data*, pedidos de *impeachment*, ações sobre abuso de autoridade e todas as demais demandas afins e congêneres, em desfavor de qualquer dos poderes (executivo, legislativo ou judiciário) desde já terminantemente e expressamente **autorizadas as proposituras.**

*Parágrafo Único.* A fim de alcançar os objetivos dos Incisos do presente artigo, serão priorizados os seguintes itens:

- a. **Segurança:** planejamento e execução de projetos em parceria com as forças policiais dos Municípios e do Estado;
- b. **Educação:** atuação junto às escolas, comunidades, outras associações civis e clubes de serviços na orientação de formação de jovens em situação de risco social; educação voltada para o trabalho; educação ambiental; alfabetização, complementação do ensino fundamental e do ensino médio com promoção da ética e cidadania; ensino profissionalizante; gestão de pequenos negócios; cursos técnicos de qualificação profissional; cursos de idiomas; orientação técnica e estímulo à iniciação científica; formação de cooperativas de trabalho, de consumo, de crédito e outras;
- c. **Cultura, esportes e lazer:** programas que incentivem as atividades artísticas, música e esportes nas escolas, e intercâmbio nacional e internacional de jovens e adultos, em observância ao art. 217, Inciso I, da Constituição Federal de 1988;
- e. **Direitos humanos:** orientação comunitária sobre direitos e deveres do cidadão;

## CAPÍTULO II

### Seção I

#### Dos associados e suas categorias

**Art. 5º.** A associação será composta por número ilimitado de associados, e que são definidos nas seguintes categorias:

- I – **Fundadores:** aqueles que deliberaram para a fundação da associação e que elaboraram as bases estatutárias da sua criação e a sua difusão nacional;
- II – **Efetivos:** inclui-se nesta categoria aqueles que fundaram a associação e todos os que a ela se filiarem e contribuírem financeiramente.

*Parágrafo Único.* Entre associados não há direitos e obrigações recíprocas.

### Seção II

#### Da admissão, demissão e exclusão de associados

**Art. 6º.** Somente serão admitidos à se associar Conservadores, Patriotas e Cristãos pela liberdade de associar prevista na Constituição Federal, e que concordem expressamente e automaticamente com todas as disposições deste estatuto e do regimento interno, inclusive a de representação legal prevista nos Art. 11 e 12 deste

# **ESTATUTO SOCIAL**

## **Foro do Brasil**

estatuto, no interesse individual ou coletivo, ao assinarem a ficha de inscrição e que, pela ajuda mútua, desejem contribuir, inclusive financeiramente, para a consecução dos objetivos pretendidos pela entidade, conforme regimento interno aprovado em assembleia.

§ 1º. A admissão de associado dependerá de sua vontade, ou seja, ninguém será obrigado a participar do quadro social da entidade.

§ 2º. É condição para ingresso no quadro de associados ser civilmente capaz ou emancipado.

§ 3º. O **FORO DO BRASIL** tem a prerrogativa de avaliar todos os pedidos de associação e de recusar aqueles que entender não terem perfil condizente com seus princípios institucionais, mantendo-se o sigilo acerca dos motivos da recusa.

**Art. 7º.** O desligamento de associado, a pedido, somente será acolhido se manifestado por escrito, através de sua assinatura eletrônica através dos meios digitais, ou assinatura com firma reconhecida ou assinando-a perante representante autorizado da associação, o qual consignará com a sua assinatura o reconhecimento do ato do demissionário.

**Art. 8º.** A exclusão do associado dar-se-á, automaticamente, por morte ou incapacidade civil não suprida; e, ainda, em razão de sua inadimplência no comparecimento a assembleias e reuniões, e perante a Tesouraria pelo atraso de 3 (três) contribuições, conforme normatizado neste Estatuto e no Regimento Interno.

§ 1º. A exclusão também será aplicada por justa causa pela diretoria ao associado que infringir qualquer disposição legal, estatutária ou regimental, através do devido processo administrativo em que o infrator será notificado por escrito e lhe aberto prazo para a defesa, se assim desejar.

§ 2º. O associado nesta condição poderá recorrer à assembleia geral extraordinária, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação da decisão final do corpo diretivo no processo administrativo.

§ 3º. O recurso não terá efeito suspensivo até a decisão da assembleia.

§ 4º. A exclusão será considerada definitiva se o associado não recorrer no prazo previsto no parágrafo segundo deste artigo.

§ 5º. Poderão ainda ser aplicadas penas mais brandas como advertência e suspensão de direitos mediante o devido processo administrativo o qual deve obedecer as regras do processo administrativo no âmbito da administração pública federal (Lei Federal 9784/99).

### **Seção III**

#### **Dos direitos, deveres e responsabilidades dos associados**

**Art. 9º.** São direitos do associado:

I - Votar e ser votado para qualquer cargo eletivo da associação e de sua representação;

II - Participar das assembleias gerais, com direito a voz e voto sobre os assuntos que nelas forem tratados;

III - Apresentar moções, requerimentos, propostas e reivindicações a qualquer dos órgãos da associação;

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **Foro do Brasil**

- IV - Ter acesso aos livros e documentos da associação, na sede dela, nas suas épocas próprias ou mediante solicitação por escrito em qualquer época;
  - V - Solicitar, a qualquer tempo, esclarecimento e informações sobre as atividades da associação, propondo medidas que julgar de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
  - VI - Solicitar a convocação de assembleia geral e dela participar, nos termos e condições previstos neste estatuto;
  - VII - Solicitar sua exclusão da associação quando lhe convier, sempre por escrito.
- § 1º. O direito de ser eleito para ocupar cargos diretivos passa a vigor após o associado completar 1 (um) ano de filiação, a contar da data de sua posse.
- I- Não se aplica o disposto neste parágrafo na formação da primeira diretoria, cujos cargos serão ocupados pelos eleitos na sua fundação, na ratificação e por atos da diretoria eleita;
  - II - Excepcionalmente, na formação da associação, a diretoria executiva fundadora elege na assembleia de ratificação, entre os primeiros associados inscritos, por indicação, votação ou aclamação, os dirigentes regionais;
  - III – Durante a formação das regionais e até se completar as regionais dos Estados e Municípios, enquanto não houver associados em número suficientes para eleição direta, a diretoria executiva seguirá indicando, elegendo ou aclamando e dando posse aos diretores de regionais e de sub-regionais, bem como os demais cargos por eles escolhidos e conforme as estruturas regionais aplicadas através da edição de portarias;
  - IV – Todas os cargos são estatutários, devendo ser registrados em ata assinada e registrada em cartório para validar os atos dos empossados.
- § 2º. Somente associados devidamente inscritos, nos termos dos Incisos I e II do art. 5º e nos termos do art. 6º, caput, podem ocupar cargos diretivos da associação.
- § 3º. Somente os associados que estiverem em dia com suas obrigações (deveres) sociais poderão exercer o seu direito de voto nas assembleias gerais, ressalvada a possibilidade de comparecimento e debate acerca dos assuntos em pauta.
- § 4º. A condição de associado não permite a utilização da razão social, do nome, da marca, e do símbolo em assuntos pessoais e profissionais, tais como, mas a estes não se limitando, artigos, mensagens, cartas, telegramas, e-mails, folders, cartões de visita, publicidade em geral, faixas, cartazes, sites na internet, redes sociais, blogs e similares, bem como dar entrevistas ou responder por assuntos da associação.**
- I - Na eventualidade de necessidade do seu uso, o interessado deverá solicitar por escrito à presidência justificando e fundamentando seu pedido, sem qualquer garantia de autorização;
  - II - Todo material de divulgação e expediente utilizando tal inscrição tem a prerrogativa exclusiva da presidência ou quem este indicar, por escrito, a autorizando;
  - III – O associado que infringir estas regras, além de responder perante a associação sujeitando-se às punições previstas no regimento interno, responderá civilmente



## **ESTATUTO SOCIAL**

### **Foro do Brasil**

perante terceiros ou à própria associação por eventuais danos materiais e morais causados.

**Art. 10.** São deveres do associado:

- I - Observar as disposições legais, estatutárias e regimentais, bem como as deliberações tomadas pela assembleia geral e executadas pelo corpo diretivo;
- II - Respeitar e cumprir os compromissos assumidos para com a associação, conforme prescrito no art. 6º, inclusive;
- III - Manter-se em dia com as suas contribuições financeiras ordinárias e extraordinárias fixadas pela assembleia geral;
- IV - Colaborar, com sua participação ativa e por todos os meios ao seu alcance, para o bom nome e o progresso da associação perante a sociedade;

# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

V - Comparecer às assembleias gerais convocadas pela diretoria.

§ 1º. O associado ausente injustificadamente à mais de 3 (três) assembleias consecutivas, poderá ser excluído por decisão unânime da diretoria.

**Art. 11.** Os associados não responderão, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela associação.

### Seção IV

#### Da Representação dos Associados

**Art. 12.** No cumprimento de seus objetivos, a associação representa os associados extrajudicial e judicialmente e, sobretudo, mas não se limitando, perante pessoas físicas e jurídicas, autoridades e agentes públicos e privados; autarquias; empresas em geral e órgãos públicos em todas as esferas, bem como diante de quaisquer ONGs, OSCIPs, entidades outras, públicas e privadas, empresas privadas, no país e fora dele, promovendo, em juízo ou fora dele, as ações e outras medidas que se tornem necessárias no interesse coletivo, nos casos de violação ou mesmo de risco de violação dos direitos difusos, coletivos, ou individuais homogêneos, sobretudo tais como mas não limitadas a *ação popular, ADI, ADC, ação civil pública, mandado de segurança, mandado de injunção, habeas corpus, habeas data, notificação e interpelação*, dentre outras, necessárias a manter a ordem pública, preservar direitos difusos e coletivos, inclusive outorgando mandatos a advogados e procuradores em geral e autorizando prepostos como representantes da diretoria executiva, nos termos do Inciso XXI e LXX letra b do art. 5º da Constituição Federal e do art. 5º, Inciso V, letra b da Lei nº 7.347/85.

*Parágrafo Único.* Todo associado se torna representado ao aderir ao quadro associativo, mediante expressa manifestação na ficha de cadastro, assinando-a inclusive eletronicamente, nos termos do art. 1º, § 2º, Inciso III, letra “a” da lei 11.419/2006 e demais vigentes e a vigorar tratando do assunto, ou enviando declaração avulsa assinada.

## TÍTULO II

### DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

#### CAPÍTULO I

##### Da composição e denominação

**Art. 13.** São órgãos do **Foro do Brasil**:

I - Assembleia geral;

II – Conselho Deliberativo;

III - Diretoria executiva;

IV - Conselho fiscal.

# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

**Parágrafo Único:** São órgãos da Diretoria Executiva da **Foro do Brasil**:

- a) Diretorias Regionais;
- b) Diretorias Sub-regionais;
- c) Representações;
- d) Outras unidades criadas pela diretoria executiva.

§ 1º. Os cargos diretivos da associação serão supridos através de eleições diretas que serão realizadas conforme estabelecido no art. 41 deste estatuto, sendo:

- I - O conselho deliberativo, a diretoria executiva e o conselho fiscal serão eleitos conjuntamente pela obtenção dos votos diretos de todos os associados no território nacional;
- II - As diretorias regionais e sub-regionais serão eleitas pela obtenção dos votos diretos dos associados da região de atuação, conforme estado e município;
- III – Excepcionalmente, para o primeiro mandato de fundação, das diretorias regionais e sub-regionais, a diretoria executiva fundadora e ratificada poderá eleger os candidatos por indicação, voto ou aclamação, conforme previsto nos incisos I e II do § 1º do art. 9º deste estatuto.

§ 2º. As representações estrangeiras serão designadas pela diretoria executiva.

§ 3º. A identificação das seções regionais e sub-regionais será através da sigla **Foro do Brasil/UF** -Regional “x” (onde “UF” corresponde ao Estado e “x” corresponde ao nome da localidade – Ex.: **Foro do Brasil** /SP; **Foro do Brasil** /SP-Sub-regional Capital, **Foro do Brasil** /SP-Regional Campinas; **Foro do Brasil** /SP-Sub-regional Atibaia)

§ 4º. Em Estados populosos, conforme decisão do diretor regional em conjunto com a diretoria executiva, poderá haver mais de uma sub-regional na capital.

### CAPÍTULO II

#### Da Assembleia Geral

**Art. 14.** A assembleia geral dos associados efetivos é o órgão deliberativo da associação, dentro dos limites legais e do presente estatuto, podendo tomar toda e qualquer decisão de interesse dos associados e sobre aquelas de interesse da sociedade como um todo e se realizará nos termos ainda do art. 64 deste estatuto.

**Art. 15.** A assembleia geral será presidida pelo presidente da diretoria executiva ou por qualquer associado por ele indicado e se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, para a prestação de contas, até o 30º (trigésimo) dia do mês de março, e extraordinariamente sempre que o assunto exija a deliberação dos associados, na forma da lei, deste estatuto ou do regimento interno.

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **Foro do Brasil**

**Art. 16.** Compete à assembleia geral ordinária, em especial:

- I – Votar anualmente o relatório de prestação de contas da associação, antecedido por parecer do Conselho Fiscal e homologação do Conselho deliberativo;
- II – Tratar de outros assuntos por proposição da diretoria ou de associados.

**Art. 17.** O *quórum* para a instalação da assembleia geral ordinária será de, no mínimo, metade dos associados que estejam cadastrados e regulares com as suas obrigações pecuniárias, em primeira convocação, e com qualquer número, em segunda convocação, para a mesma data e local, meia hora depois.

*Parágrafo Único.* A presença do associado nas assembleias e reuniões poderá ser presencial ou virtual, caso em que a sua assinatura e o seu voto serão colhidos pela manifestação da sua vontade e declarado pelo presidente e **Diretor Nacional de Núcleos** da assembleia em eventual documento físico ou digital exigível.

**Art. 18.** Compete à assembleia geral extraordinária, presidida pelo presidente da diretoria executiva ou qualquer associado por ele indicado, sempre que necessário e em qualquer época:

- I – Destituir administradores obedecendo o devido processo administrativo e legal;
- II - Estabelecer o valor de contribuições financeiras dos associados;
- III - Eleger e empossar os membros do conselho deliberativo, da diretoria executiva, do conselho fiscal, das diretorias regionais e sub-regionais;
- IV - Respaldar a adesão da associação aos compromissos a serem assumidos para fins de estabelecimento de contratos, convênios ou parcerias a título oneroso quando superiores a 5 (cinco) salários-mínimos;
- V - Decidir sobre a mudança dos objetivos e sobre a alteração ou reforma do presente estatuto social e do regimento interno;
- VI - Apreciar, em grau de recurso, pedido de exclusão aplicado pela diretoria executiva a qualquer associado, por infração ao este estatuto;
- VII - Deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e, neste caso, nomear os liquidantes e votar as respectivas contas;
- VIII – Referendar, eleger e empossar novos membros para a diretoria executiva e para o conselho fiscal, no caso de impedimento por mais de 90 (noventa) dias ou vacância definitiva por abandono ou destituição de seus ocupantes;
- IX – Decidir sobre a filiação da associação às agremiações nacionais, ou internacionais permitidas por lei, por afinidades;
- X - Decidir sobre outros assuntos de interesse emergencial da associação sempre que convocada pela diretoria executiva.

*Parágrafo Único.* O *quórum* para a instalação da assembleia geral extraordinária será de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos associados que estejam cadastrados e em dia com as suas obrigações, em primeira convocação, e com qualquer número, em segunda convocação, para a mesma data e local, meia hora depois.

# **ESTATUTO SOCIAL**

## **Foro do Brasil**

**Art. 19.** Compete, igualmente, à assembleia geral extraordinária, especialmente convocada para a destituição de membros da diretoria executiva ou do conselho fiscal, sendo, neste caso, necessário o voto concorde da maioria absoluta dos presentes e somente podendo haver deliberação se, em primeira convocação houver a presença de 1/3 (um terço) e, nas convocações seguintes, para a mesma data e local, sempre meia hora depois da convocação anterior, a presença de 1/5 (um quinto) dos associados.

§ 1º. O processo de apuração de responsabilidades relativo a um membro ou vários componentes da diretoria executiva ou do conselho fiscal, em caso de agirem em fraude ou de má-fé no exercício de seus respectivos mandatos, poderá ter início através de denúncia subscrita por um mínimo de 07 (sete) associados, formalizada por escrito e endereçada a um dos membros da diretoria executiva ou ao presidente do conselho fiscal da associação, para as providências cabíveis.

§ 2º. Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade administrativa e financeira da associação, a assembleia poderá designar uma comissão provisória, com no mínimo 05 (cinco) membros, até a eleição e posse dos novos diretores e conselheiros, dentro dos prazos fixados no presente estatuto.

**Art. 20.** As assembleias serão convocadas pelo presidente da diretoria executiva, que as dirigirá, mas, se ocorrerem motivos graves ou urgentes, poderão também ser convocadas pela maioria simples dos membros da diretoria executiva, ou por um mínimo de 1/5 (um quinto) dos associados, em pleno gozo dos direitos sociais, através de abaixo-assinado por eles subscrito.

*Parágrafo Único.* Quando a assembleia geral não tiver sido convocada pelo presidente da diretoria executiva, a mesa será constituída por 03 (três) associados, escolhidos na ocasião pelos presentes na assembleia.

**Art. 21.** As assembleias gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, mediante publicação escrita e/ou falada e com ampla divulgação em toda a área de abrangência da associação, com afixação de cópias do edital e/ou avisos nos lugares públicos mais frequentados dos municípios e encaminhados aos associados eletronicamente, podendo ainda, a critério da diretoria, as convocações serem publicadas em diários oficiais ou jornais de abrangência nacional, por meio físico ou eletrônico.

§ 1º. Quando houver assunto de urgência e interesse geral regulados neste estatuto, as assembleias poderão ser convocadas excepcionalmente no prazo mínimo de 5 (cinco) dias corridos.

§ 2º. A assembleia geral para o processo eleitoral tem suas regras próprias de convocação e realização conforme disposto nos art. 41 a 47 deste estatuto.

**Art. 22.** As discussões e deliberações aprovadas em assembleia geral constarão de ata que será assinada pelo presidente e por pelo menos mais um dos outros diretores.

*Parágrafo Único.* As atas poderão ser transcritas e digitalizadas, ou diretamente digitais, para facilitar a sua publicidade e registro cartorial, quando for o caso, sendo que:

# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

- a) a ata somente será obrigatoriamente registrada em cartório a que tratar da fundação da associação, e de sua respectiva ratificação, e quando na assembleia ou reunião forem tratados assuntos financeiros relativos à aprovação de contas e relatórios anuais de atividades e de eleição da diretoria e do conselho fiscal, e
- b) nos demais casos o registro de atas é facultativo, ficando a critério do presidente da diretoria executiva, por decisão pessoal, ou a requerimento de outro membro da diretoria se acolhido por todos os presentes à reunião.

### CAPÍTULO III

#### Do Conselho Deliberativo

**Art. 23.** O Conselho Deliberativo (CD) será formado por 12 (doze) membros, sendo os 2 (DOIS) fundadores **MEMBROS VITALÍCIOS E INAMOVÍVEIS DESTE CD** e, para as demais vagas, deve ser eleito, EM VOTAÇÃO e, devendo todos serem eleitos na mesma ocasião da eleição da diretoria executiva; sendo que, para o primeiro mandato, poderão ser aclamados, preferencialmente os primeiros que voluntariamente se inscreveram como associados, sendo o CD presidido por aquele que for eleito para a presidência da diretoria executiva, sendo este um órgão permanente com assento e voto nas reuniões da diretoria, inteiro ou fracionado, conforme a disponibilidade de seus membros.

§ 1º. Além do presidente do CD, os demais membros são denominados Conselheiros.

§ 2º. Nas decisões do CD, o presidente somente votará para desempate.

§ 3º. As ausências nas reuniões do CD devem ser justificadas, sob pena de exclusão daquele que faltar à 3 (três) reuniões consecutivas.

§ 4º. A convocação das reuniões do CD é prerrogativa exclusiva do seu presidente.

§ 5º. As vagas ocorridas no quadro do CD durante o exercício do mandato serão obrigatoriamente preenchidas através de eleição extraordinária indireta convocada pelo seu presidente no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 6º Se houver mais de um candidato, e havendo empate nos votos, será aclamado o mais idoso. Se houver empate será aclamado aquele que estiver associado há mais tempo.

§ 7º. No caso de ausência ou incapacidade, definitivas, de um associado fundador, o seu substituto será escolhido entre os mais antigos inscritos, priorizando sempre o mais antigo e, havendo empate entre estes, será empossado o de idade mais avançada.

**Art. 24.** Compete ao Conselho Deliberativo, sem prejuízo de outras atribuições lhe conferidas pela Assembleia Geral:

- I - Elaborar o planejamento anual das ações a serem desenvolvidas pela associação e pela Diretoria Executiva, tomando como base o disposto no art. 4º deste Estatuto;
- II – Manter sempre atualizado o Estatuto e o Regimento Interno, através de comissão permanente designada no regimento interno;

# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

- III – Emitir as Circulares Internas e Portarias de orientação à Diretoria Executiva, com base nos dispositivos mencionados nos itens I e II anteriores.
- IV – Apreciar os balancetes de prestação de contas e o relatório anual de gestão da associação, com pareceres, e submetendo este último à aprovação da Assembleia Geral Ordinária anual.
- V – Votar as matérias que lhe forem submetidas por seus próprios membros, pela diretoria executiva ou pelo Conselho Fiscal.

### CAPÍTULO IV

#### Da Diretoria Executiva

**Art. 25.** O Órgão executivo da associação é a diretoria executiva, responsável pela administração da entidade e será composta pelos cargos eleitos de:

**I - Presidente;**

**II - Vice-Presidente;**

**III - Segundo e Terceiro Vice-Presidente**

**IV – Diretor Nacional de Núcleos ou Secretário;**

**IV – Diretor Nacional de Juventude;**

**V – Diretor Nacional de Entidades;**

**VI – Diretor Internacional de Núcleos e Entidades;**

§ 1º. Os membros da diretoria executiva serão eleitos, conforme previsto no art. 18, para um mandato de **03 (três) anos**, entre os associados em pleno gozo de seus direitos sociais, sendo permitida reeleição para o mesmo cargo, sendo salutar, mas não obrigatória, a alternância com todos os associados;

§ 2º. O exercício de função diretiva na associação é trabalho voluntário, não remunerado, podendo, contudo, haver reembolso de despesas comprovadas se previamente autorizadas pela diretoria;

§ 3º. Nos impedimentos superiores a 90 (noventa) dias, renúncia, afastamento compulsório ou morte de membro da diretoria, deverá ser convocada assembleia geral extraordinária para tratar do preenchimento da vaga nos termos deste estatuto.

§ 4º. Em caso de vacância de algum cargo por ausência injustificada em 03 (três) reuniões seguidas da diretoria executiva, proceder-se-á da mesma forma prevista no § 3º deste artigo.

**Art. 26.** Além dos cargos eletivos da diretoria executiva e dos regionais e sub-regionais, por deliberação destas poderão ser criadas comissões e grupos de trabalhos necessários à regularização burocrática e funcional da associação, a serem ocupados por associados no pleno gozo de seus direitos sociais, também de forma voluntária, a fim de executar encargos nas áreas abrangidas, além de outras espécies que se fizerem necessários a título temporário.

**Art. 27.** Compete à diretoria executiva, além de outras atribuições:

- I – Elaborar seu plano trienal de trabalho, bem como o orçamento financeiro para os exercícios do seu mandato;

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **Foro do Brasil**

- II – Cumprir fielmente as deliberações da assembleia geral e do Conselho Deliberativo na forma deste estatuto e do regimento interno;
- III – Deliberar sobre a admissão ou exclusão de associados, podendo delegar;
- Parágrafo Único.* A critério do presidente, a análise e decisão de admissão e de exclusão a pedido, poderão ser delegados, nos termos deste estatuto e do regimento interno, de forma expressa, através de portaria.
- IV- Representar a associação, através de seu presidente, outro diretor ou preposto expressamente indicado, sempre que se fizer necessário, em juízo ou fora dele;
- V- Contratar pessoal, a título oneroso, se indispensável ao atendimento diário dos associados e público, ajustando as respectivas remunerações e demais condições, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e demais legislações específicas vigentes;
- VI – Prover o custeio e manutenção das atividades da associação, efetuando as respectivas despesas, respeitadas as disposições estatutárias e o orçamento;
- VII – Indicar estabelecimento bancário no qual deverão ser feitos os depósitos de numerários e a movimentação financeira, fixando o limite máximo que poderá ser mantido no caixa, em espécie, se for o caso;
- VIII – Propor à assembleia geral o valor de contribuições dos associados, fixando as taxas destinadas a cobrir as despesas operacionais e outras;
- IX – Contrair obrigações, transigir, adquirir bens móveis ou imóveis e constituir mandatários, inclusive advogados, nos limites do estatuto e regimento interno;
- X – Ceder direitos, alienar ou onerar bens imóveis, com expressa autorização da assembleia geral extraordinária, especialmente convocada para deliberar sobre estes assuntos;
- XI – Promover o cadastramento dos associados no perímetro da jurisdição da associação, estabelecido neste estatuto, observando-se as exclusões ou inclusões havidas devidamente registradas, mantendo o cadastro de associados atualizado, inclusive para a realização das assembleias;
- XII – Convocar com 10 (dez) dias de antecedência as reuniões do conselho fiscal, obedecidas as determinações do presente estatuto;
- XIII – Apresentar à assembleia geral ordinária o relatório e as contas de sua gestão, representadas pelos balanços dos exercícios financeiros já encerrados, e mais os balancetes dos meses que antecederem à eleição de nova diretoria executiva, tudo submetido aos respectivos pareceres dos conselhos fiscal e de administração;
- XIV – Cumprir e fazer cumprir as determinações estatutárias constantes do presente instrumento e do regimento interno;
- XV – Controlar a obtenção de receitas pela associação, criando meios de fortalecimento financeiro através do estabelecimento de contribuições, fixas ou percentuais, aprovadas pela assembleia geral, e através de obtenção do estímulo a doações voluntárias, e



## **ESTATUTO SOCIAL**

### **Foro do Brasil**

XVI – Proceder à formação e contabilização de Fundos Especiais, destinados a prover investimentos em projetos e pesquisas e outras despesas previamente autorizadas pela assembleia geral ou diretoria, conforme sua especificidade.

§ 1º. Os cheques emitidos ou transmissões eletrônicas de qualquer espécie ou quaisquer outros documentos que impliquem responsabilidade financeira da associação perante terceiros serão assinados conjuntamente por dois membros da diretoria, respeitando-se a ordem sequencial autorizada em ata específica;

§ 2º. Os integrantes da diretoria executiva não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas em nome da associação, salvo se agirem em fraude ou com má-fé no exercício de seus respectivos mandatos.

**Art. 28.** A diretoria executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que for convocada pelo presidente, por qualquer de seus membros, ou por solicitação do conselho fiscal.

§ 1º. A diretoria executiva considerar-se-á reunida com a participação de no mínimo 04 (quatro) de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria e lavradas em ata.

§ 2º. Na impossibilidade de participação presencial de membros da diretoria, poder-se-á realizar a reunião por videoconferência, prevalecendo o voto declarado verbalmente e registrado em ata.

§ 3º. Será lavrada lista de presença e ata de cada reunião, em livro próprio ou de outra forma juridicamente aceita, na qual serão indicados os nomes dos que compareceram e as resoluções tomadas, sendo o documento assinado ordinariamente pelo presidente e por aquele que secretariou a reunião e, facultativamente, pelos demais presentes.

§ 4º. As atas poderão ser transcritas e digitalizadas, inclusive as assinaturas, para facilitar a sua publicidade e registro cartorial, quando for o caso, conforme previsto neste estatuto.

**Art. 29.** Compete ao **Presidente**:

I – Representar a associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo outorgar procuração, quando necessário, com poderes “ad judícia” e “especiais”, a profissional devidamente habilitado, bem como nomear prepostos;

II – Solicitar a convocação da assembleia geral, nas formas do que prevista neste estatuto;

III – Convocar e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo e da diretoria executiva, coordenando seus trabalhos, mantendo a ordem e a disciplina nas respectivas reuniões, e propondo, quando assim o exigirem as circunstâncias, a suspensão ou adiamento destas;

IV – Supervisionar todas as atividades e rotinas da diretoria executiva, sejam elas exercidas pelos seus integrantes, sejam pelos departamentos e regionais, na forma prevista no presente estatuto;

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **Foro do Brasil**

- V – Assinar em conjunto com o **Diretor Nacional de Juventude** os cheques e todos os demais documentos financeiros e títulos de crédito de emissão e responsabilidade da associação;
- VI – Assinar, juntamente com o **Diretor Nacional de Entidades**, os convênios e demais contratos firmados pela associação com terceiros de qualquer natureza e outros documentos que importem compromisso formal da associação;
- VII – Visar, juntamente com o **Diretor Nacional de Entidades**, a apresentação de projetos, precedendo à lavratura dos respectivos convênios e contratos;
- VIII – Assinar, juntamente com o **Diretor Nacional de Núcleos**, as atas das reuniões da diretoria executiva,
- IX – Cumprir outras atribuições que venham a ser estabelecidas por aprovação da assembleia geral.

**Art. 30. Compete ao Vice-Presidente:**

- I – Substituir o presidente e os demais diretores em suas ausências, impedimentos ou licenças, bem como em definitivo no caso de vacância do cargo presidencial, por qualquer que seja a razão, até o término previsto do mandato;
- II – Supervisionar as demandas que lhe forem incumbidas pelo presidente;
- III – Assinar os documentos conforme solicitados pelo presidente;
- IV – Planejar e subscrever projetos da política de atuação da associação, de acordo com o plano diretor elaborado pela diretoria executiva;
- V – Assessorar o presidente e a diretoria executiva na organização e execução de eventos públicos e políticos;
- VI – Dirigir os eventos de acordo com o planejamento elaborado;
- VII – Representar a associação em eventos sempre que for designado pelo presidente;
- VIII – Manter constante contato com o setor público divulgando o trabalho de associação;
- IX – Manter contatos com a sociedade empresarial visando a obtenção de patrocínios, recursos e participação para os projetos quando assim decidido pela diretoria;
- X – Conferir, aprovar e visar despesas relativas aos eventos realizados pela associação remetendo-as ao Tesoureiro;
- XI – Colaborar com os demais membros da diretoria executiva, exercendo as atribuições que lhe forem designadas pelo presidente, inclusive coordenar grupos de trabalho em tarefas temporárias de relevância para a associação.

**Art. 31. Compete ao Diretor Nacional de Núcleos ou Secretário:**

- I – Secretariar as reuniões da diretoria executiva, registrando em ata as decisões;
- II – Organizar o ambiente das reuniões antes dos seus inícios para comodidade de todos;
- III – Cuidar de toda a correspondência da associação, bem como da manutenção do cadastro geral de associados, providenciar inclusões e exclusões após aprovadas, conferir dados de candidatos à associação, redigir e encaminhar correspondências conforme orientação do presidente;

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **Foro do Brasil**

*Parágrafo Único.* A inclusão e exclusão de associado no cadastro geral poderá ser delegado, mantendo-se a responsabilidade do **Diretor Nacional de Núcleos** pela sua idoneidade.

- IV - Supervisionar todos os serviços inerentes à administração, composto de secretaria, especialmente guarda dos livros de registros, lavratura de atas de reunião da diretoria executiva e as atas das assembleias, bem como termos de posse, elaboração de ofícios, cartas, memorandos e demais comunicações internas e externas da associação;
- V – Supervisionar a permanente atualização do cadastro dos associados, principalmente na época da realização das assembleias;
- VI – Encaminhar para os demais membros da diretoria executiva, bem como aos departamentos cópias do estatuto social para o devido conhecimento;
- VII – Subscrever, juntamente com o presidente ou vice-presidente, todos os documentos da associação, sempre que solicitado;
- VIII – Tomar as providências necessárias e determinadas pelo presidente, e na falta deste pelo vice-presidente, para a convocação das reuniões da diretoria executiva, na forma do presente estatuto, bem como as convocações de assembleia geral, ordinária ou extraordinária;
- IX - Substituir outros diretores em suas ausências, conforme determinar o presidente ou vice-presidente no exercício da presidência.
- X – Coordenar e organizar e registrar toda relação entre os associados nos Estados e Municípios de dentro e fora do Brasil.

**Art. 32. Compete ao Diretor Nacional de Juventude ou Tesoureiro:**

- I – Elaborar e apresentar à diretoria executiva, para posterior apreciação do conselho fiscal e de assembleia geral, um orçamento financeiro da associação para cada exercício, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do início do exercício, obedecido o plano trienal de atividades, apresentando-o para aprovação na assembleia geral ordinária anual;
- II – Administrar o caixa, a contabilidade e seus respectivos arquivos, devendo licitar a terceirização dos serviços contábeis a profissional legalmente habilitado, para assinatura conjunta dos balancetes mensais e do respectivo balanço geral da associação ao final de cada exercício;
- III – Responsabilizar-se pela arrecadação das receitas originárias (contribuições dos associados) e derivadas (doações, ingressos de eventos, transferências de terceiros etc.), assinando os respectivos recibos, depositando o numerário disponível em estabelecimento bancário indicado pela diretoria;
- IV – Responsabilizar-se pelos pagamentos autorizados pela diretoria, sejam correspondentes às despesas fixas (aluguéis, luz, água, telefone, pessoal de apoio e encargos sociais), sejam despesas eventuais (com eventos e outros encargos derivados da ampliação de serviços prestados pela associação), assinando com o

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **Foro do Brasil**

presidente os cheques emitidos, promissórias, e todo e qualquer título de crédito que signifique compromisso financeiro;

- V – Zelar pelo recolhimento das obrigações fiscais, tributárias, previdenciárias e outras devidas ou da responsabilidade da associação;
- VI – Preparar e apresentar as prestações de contas parciais e gerais da associação, relativas às receitas e despesas executadas quando da implementação de projetos;
- VII – Controlar e apresentar aos órgãos consultivo e deliberativo da associação, balanço patrimonial;
- VIII – Colocar à disposição permanente do Sistema de Controle Interno todos os livros, documentos, relatórios, balancetes e balanço geral; e,
- X – Efetuar a cobrança e encaminhar para a execução devedores de contribuições associativas e outros devedores inadimplentes;
- X - Colaborar com os demais membros da diretoria executiva, exercendo as atribuições que lhes forem designadas pelo Presidente.
- XI - Substituir diretores em suas ausências, conforme determinar o presidente ou vice-presidente no exercício da presidência.
- XII – Coordenar toda atividade e ações junto a juventude nos Estados e Municípios no Brasil, inclusive no que concerne as redes sociais e sistemas e congêneres;

**Art. 33. Compete ao Diretor Nacional de Entidades:**

- I – Elaborar o planejamento anual de atividades da associação de acordo com o estatuto, regime interno e decisões da diretoria;
- II - Subscrever, juntamente com o presidente ou vice-presidente, todos os documentos da associação conforme previsto nos Incisos VI e VII do art. 29, sempre que solicitado
- III – Substituir o **Diretor Nacional de Núcleos** nas reuniões quando das ausências daquele;
- IV – Dirigir os Processos Administrativos provocados ou de ofício;
- V – Elaborar sugestões de Projetos de Leis e PECs mediante solicitação ou de ofício;
- VI – Colaborar com os demais membros da diretoria executiva, exercendo as atribuições que lhe forem designadas pelo presidente.
- VII - Substituir outros diretores em suas ausências, conforme determinar o presidente ou vice-presidente no exercício da presidência.

**Art. 34. Compete ao Diretor Internacional de Núcleos e Entidades:**

- I – Planejar e subscrever projetos de eventos políticos, sociais, culturais, educativos e esportivos de acordo com o plano diretor elaborado pela diretoria executiva;
- II – Assessorar o presidente e a diretoria executiva na organização de eventos gerais;
- III – Dirigir os eventos conforme decisão da diretoria executiva;
- IV – Representar a associação em eventos sempre que for designado pelo Presidente;
- V – Manter constante contato com outras entidades privadas ou governamentais, com políticos e com a mídia visando divulgar o trabalho de associação;
- VI – Manter contatos visando a obtenção de patrocínios e recursos para os projetos;

# **ESTATUTO SOCIAL**

## **Foro do Brasil**

VII – Conferir, aprovar e visar despesas relativas aos eventos realizados pela associação remetendo-as ao **Diretor Nacional de Juventude**;

VIII – Substituir diretores em suas ausências, conforme determinar o presidente ou vice-presidente no exercício da presidência.

**Art. 35.** Compete, também, ao **Diretor Internacional de Núcleos e Entidades**:

I – Coordenar as atividades das diretorias regionais, sub-regionais e representações, internacionais, atendendo suas demandas e reportando orientações;

II – Planejar, acompanhar, propor ações e controlar resultados destes;

III – Substituir diretores em suas ausências, conforme determinar o presidente ou vice-presidente no exercício da presidência.

### **CAPÍTULO V**

#### **Do Conselho Fiscal**

**Art. 36.** O conselho fiscal é o organismo fiscalizador da situação financeira e patrimonial da associação, sendo composto por 03 (três) membros efetivos e 1(um) suplente, a serem eleitos pela assembleia geral.

§ 1º. Na observância do disposto acima, a eleição dos membros do conselho fiscal será por período de 03 (três) anos, sendo permitida apenas uma reeleição.

§ 2º. A eleição do primeiro conselho fiscal deverá ocorrer até 30 (trinta) dias antes da primeira assembleia ordinária após a fundação da associação.

§ 3º. Em caso de vacância de algum conselheiro por ausência injustificada em 03 (três) reuniões seguidas do conselho fiscal, renúncia, afastamento compulsório ou morte, a assembleia geral promoverá imediatamente a posse do suplente para cumprimento do mandato pelo prazo restante e eleição de novo suplente.

**Art. 37.** Compete ao **Conselho Fiscal**:

I – Apreciar as prestações de contas mensais e o relatório anual de gestão da associação apresentado pela diretoria executiva ao final de cada exercício financeiro, fazendo-os acompanhar de parecer circunstanciado, com recomendações e sugestões, opinando pela aprovação ou não das contas, justificadamente, submetendo-os ao Conselho Deliberativo ao qual cabe a homologação prévia, devendo ainda ser aprovado pela assembleia geral ordinária anual;

II – Fiscalizar a observância do orçamento aprovado para o exercício financeiro, bem como o controle patrimonial da associação, sob responsabilidade da diretoria executiva, e

III – Avaliar e dar parecer sobre possíveis despesas extraordinárias, cuja solicitação seja feita pela diretoria executiva, respeitados os limites impostos pelo orçamento financeiro aprovado para o respectivo exercício.

**Art. 38.** O conselho fiscal reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 15 (quinze) de março do Exercício financeiro seguinte ao encerrado, a fim de cumprir as suas atribuições e apresentação do relatório de contas. O Conselho Fiscal poderá ainda se reunir

# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

quantas outras vezes seus componentes entenderem necessário ou por convocação do presidente ou outro membro da diretoria executiva.

### CAPÍTULO VI

#### Das Diretorias Regionais, Diretorias Sub-Regionais e Representantes

**Art. 39.** As **diretorias regionais**, instaladas preferencialmente nas capitais dos estados, serão ocupadas por diretor e vice-diretor, podendo ainda serem incluídos diretor secretário, diretor secretário adjunto, diretor de relações internas e diretor de relações externas, todos eleitos pelos associados do estado.

*Parágrafo Único.* Compete ao diretor regional:

- I – Coordenar a divulgação da associação no seu Estado e filiar o maior número de associados;
- II - Representar regionalmente a associação sob a supervisão do diretor de regionais da diretoria executiva;
- III - Coordenar as atividades da sua regional juntamente com os demais membros da sua diretoria de modo a difundir amplamente os valores objeto da associação;
- IV - Acompanhar a política regional e fornecer subsídios ao diretor de regionais sobre a necessidade de ações políticas ou judiciais em face do abuso de poder, da doutrinação contrária aos valores objeto da associação;
- V – Fomentar a proposição de ações administrativas e judiciais em face de agentes públicos, políticos e do povo em caso de crimes contra o patrimônio material e imaterial.

**Art. 40.** As **diretorias sub-regionais** instaladas nos municípios e localidades das administrações regionais do Distrito Federal ocupadas por diretor sub-regional e vice-diretor sub-regional, podendo ainda incluir secretários, todos eleitos pelos associados dos municípios, ligadas ao diretor regional do estado.

*Parágrafo Único.* Compete ao Diretor Sub-regional e ao vice-diretor Sub-regional

- I – Coordenar a divulgação da associação no seu Município e distritos, filiando o maior número de associados;
- II - Representar regionalmente a associação sob supervisão do diretor regional;
- III - Coordenar as atividades da sua sub-regional juntamente com o vice-diretor sub-regional de modo a difundir amplamente os valores objeto da associação;
- IV - Acompanhar a política regional e fornecer subsídios ao diretor regional sobre a necessidade de ações políticas ou judiciais em face do abuso de poder, da doutrinação contrária aos valores objeto da associação;
- V – Fomentar a proposição de ações administrativas e judiciais em face de agentes públicos, políticos e do povo em caso de crimes contra o patrimônio material e imaterial.

**Art. 41.** As **representações** são unidades em países estrangeiros e seus responsáveis são denominados diretores-adjuntos, podendo ser ocupadas por brasileiros ou

# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

estrangeiros correspondentes e ficarão ligados diretamente ao diretor de regionais da diretoria executiva;

*Parágrafo Único.* Compete ao Representante:

I – Representar a associação no lugar ou país em que estiver domiciliado;

II – Defender os valores proposta pela associação e difundir a verdade da política brasileira;

III – Participar de eventos jurídicos que venham a divulgar a imagem pública do **VICARIATO SÃO JOSÉ**;

IV - Acompanhar a política do lugar ou país em que estiver domiciliado e fornecer subsídios ao diretor de regionais sobre a necessidade de ações políticas ou judiciais em defesa dos princípios pugnados pelo **VICARIATO SÃO JOSÉ** face aos interesses do Brasil e da sua população;

V - Propor ações administrativas e judiciais em face de agentes públicos, políticos e do povo em caso de crimes contra o patrimônio material e imaterial do povo brasileiro e das instituições nacionais;

**Art. 42. Outras dependências**, unidades avançadas ou outras denominações podem ser designadas pela diretoria executiva no interesse da **VICARIATO SÃO JOSÉ** e cujas competências lhes serão designadas na oportunidade de sua instituição.

### TÍTULO III

#### DO PROCESSO ELEITORAL

##### CAPÍTULO ÚNICO

###### **Das eleições do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal**

**Art. 43.** As eleições gerais para cargos serão realizadas a cada 03 (tres) anos, conforme previsto no art. 18-III, em pleito amplamente divulgado no âmbito da associação.

**Art. 44.** O presidente da diretoria executiva determinará a publicação e que se afixe na sede da associação e nos lugares públicos mais frequentados, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término de seu mandato, o competente Edital de Convocação da Assembleia Geral para eleições, que deverão ser realizadas no máximo até 30 (trinta) dias antes do término do mandato vigente, especificando a natureza das eleições, o prazo para inscrição das chapas, bem como o dia, local e hora da realização do pleito.

§ 1º. Sempre que possível as convocações se darão prioritariamente através dos meios eletrônicos disponíveis, assim como os demais atos, bem como a votação eletrônica através do site da associação ou de plataforma digital, sempre que disponibilizados e comunicados nos editais.

# **ESTATUTO SOCIAL**

## **Foro do Brasil**

§ 2º. Nos municípios onde haja mais de 25 (vinte e cinco) associados eleitores, formar-se-ão subcomissões eleitorais sob coordenação da comissão eleitoral, obedecendo-se as mesmas regras previstas.

§ 3º. Nos municípios com número inferior a 25 (vinte e cinco) associados eleitores, os votos serão colhidos eletronicamente através do site da associação ou de plataforma digital, ou através de voto-carta-resposta a ser coordenado pela comissão eleitoral, da seguinte forma:

- a) neste caso a comissão eleitoral encaminhará tantos quantos forem os eleitores dos municípios o número de voto-carta-resposta contendo a cédula a qual deverá ser postado o retorno até a data limite marcada para o pleito, e
- b) a cédula não poderá conter qualquer identificação do eleitor, escritos ou rasuras, sob pena de nulidade.

**Art. 45.** Com antecedência mínima de 10 (dias) dias antes da publicação do Edital de convocação, ou seja, 40 (quarenta) dias antes da data marcada para a eleição, a diretoria executiva indicará ao Conselho Deliberativo para aprovação em Assembleia, uma Comissão Eleitoral, composta de 05 (cinco) membros, formada de presidente, secretário, 1º mesário, 2º mesário e Suplente, cujos nomes serão expressos no Edital de Convocação.

§ 1º. As atribuições da Comissão Eleitoral, dentre outras, serão as seguintes:

- a) fixar as normas e elaborar as instruções gerais das eleições, através de um regimento próprio;
- b) orçar e fixar os valores de custo da eleição, prevendo: a confecção de cédulas; a publicação do Edital de Convocação; a confecção de urna eleitoral; as despesas de alimentação da comissão e colaboradores no dia da eleição, se for o caso; as despesas cartoriais para registro da documentação (ata, termo de posse, lista de presença, etc.), sendo que, antes, deverão ser avaliadas as possibilidades de gratuidade dentro de procedimentos legais;
- c) receber a inscrição das chapas na forma prevista no presente estatuto;
- d) elaborar e rubricar as cédulas eleitorais, caso assim se as use, quantificadas de acordo com o número de associados cadastrados, com a listagem previamente conhecida, em poder da diretoria administrativa ou da secretaria da associação;
- e) organizar a mesa receptora e a junta apuradora;
- f) fiscalizar o processo eleitoral, mantendo a ordem e a organização dos trabalhos, assim como o sigilo e a liberdade de voto, podendo para isso delegar poderes a colaboradores não candidatos, designados fiscais na oportunidade;
- g) dirimir dúvidas e decidir sobre os casos omissos neste estatuto, quanto à eleição;
- h) presidir os trabalhos de apuração, proclamar o resultado eleitoral, lavrando a respectiva Ata e determinando a data de posse da diretoria executiva e do conselho fiscal eleitos, que deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após o dia da eleição;



## **ESTATUTO SOCIAL**

### **Foro do Brasil**

i) fazer entrega, logo em seguida ao encerramento dos trabalhos, dos livros, material e equipamentos utilizados no pleito ao **Diretor Nacional de Núcleos** da diretoria executiva, para sua guarda, conveniente conservação e eventuais providências sequenciais;

j) assegurar a igualdade de concorrência no caso de mais de uma chapa inscrita;

l) organizar a cerimônia de posse da diretoria executiva e do conselho fiscal eleitos.

§ 2º. As atribuições do **Diretor Nacional de Núcleos** da Diretoria Executiva nas eleições são de logo após a posse, promover o imediato registro da Ata de Eleição e Termo de Posse, bem como outros documentos inerentes, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas; atualizar os dados no CNPJ junto à Secretaria da Receita Federal e, também, junto à(s) instituições financeiras com as quais a associação mantenha conta(s) corrente(s) ou compromissos legais, no prazo máximo de até 15 (trinta) dias após a cerimônia de posse.

**Art. 46.** A forma de eleição, tanto da diretoria executiva, quanto do conselho fiscal consistirá na apresentação de chapas separadas, as quais deverão conter os cargos, os nomes completos dos candidatos correspondentes e suas respectivas autorizações individuais, acompanhadas de número do documento de identidade pessoal e cópias xerográficas do CPF e título de eleitor, além das certidões negativas criminais, da Justiça Federal e Justiça Comum, Certidão da Justiça Eleitoral e de quitação financeira emitida pelo Tesoureiro.

§ 1º. Os candidatos ao Conselho Deliberativo, se inscreverão individualmente, no mesmo prazo, e serão eleitos 7 (sete) conselheiros entre os candidatos que atenderem os requisitos descritos no art. 23 deste estatuto e, na mesma data, mais 1 (um) conselheiro será indicado pelos conselheiros fundadores, identicamente descrito no art. 23 deste estatuto.

§ 2º. As inscrições das chapas, concorrentes tanto à diretoria executiva quanto ao conselho fiscal, deverão ser feitas mediante expediente dirigido à Comissão Eleitoral até as 18h00m do último dia do prazo fixado na convocação, assinada por todos os candidatos.

§ 3º. Podem compor as chapas de candidatos, tanto à diretoria executiva, quanto ao conselho fiscal, os associados que se enquadrem nas condições previstas no art. 6º, desde que em pleno gozo de seus direitos estatutários e legais perante as legislações vigentes, nos termos do caput e preenchendo a correspondente ficha disponibilizada pela Comissão Eleitoral.

§ 4º. Cada candidato somente poderá participar de uma única chapa.

**Art. 47.** A eleição, tanto para a diretoria executiva, quanto para o conselho deliberativo e conselho fiscal, será por voto universal, direto e secreto, somente podendo exercer essa prerrogativa o associado da **VICARIATO SÃO JOSÉ** no gozo de seus direitos estatutários, e que já tenha alcançado idade superior a 18 (dezoito) anos, portando Título de Eleitor emitido pela Justiça Eleitoral, e adimplente

# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

com as suas obrigações civis e pecuniárias perante a **FORO DO BRASIL**.

§ 1º. No caso de chapa única, tanto para a diretoria executiva, quanto para o conselho fiscal, poderá ser definido pela Comissão Eleitoral que a cédula apresentará apenas duas alternativas: “sim” ou “não”, representando que as eleições dar-se-ão por aclamação expressa à única chapa apresentada.

§ 2º. Na hipótese de a alternativa “não” alcançar metade mais um dos votos dos eleitores comparecidos ao pleito, a chapa única não poderá ser proclamada eleita, devendo a mesma Comissão Eleitoral realizar novas eleições no prazo de até 15 (quinze) dias.

§ 3º. Não será permitido, em nenhuma hipótese, o voto por procuração.

**Art. 48.** São inelegíveis para quaisquer cargos da diretoria executiva e do conselho fiscal, além daqueles impedidos por lei e os que tenham sido condenados criminalmente.

**Art. 49.** Os integrantes da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos à diretoria executiva nem ao conselho fiscal, dissolvendo-se logo após a cerimônia de posse.

**Art. 50.** Adota-se os mesmos procedimentos elencados neste Capítulo, art. 43 a 49 para as eleições das diretorias regionais e sub-regionais.

### TÍTULO IV

#### DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

##### CAPÍTULO I

###### Do Exercício social e Movimentação Financeira

**Art. 51.** O Exercício social coincide com o ano civil e, ao seu final, serão elaboradas as demonstrações financeiras para apreciação do conselho fiscal, sendo posteriormente submetidas ao Conselho Deliberativo e à assembleia geral, na forma do presente estatuto.

Parágrafo Único. Juntamente com as demonstrações financeiras, serão submetidos à apreciação do conselho fiscal os balancetes mensais, balanço geral do exercício e balanço patrimonial, tudo englobado pelo relatório das atividades desenvolvidas durante o último período anual pela diretoria executiva.

**Art. 52.** A associação não distribuirá lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes ou associados.

§ 1º. Todo o eventual superávit será reaplicado nos objetivos-fins da associação.

§ 2º. Nenhum membro da diretoria receberá salário, contudo, em caso de despesas a serviço da associação poderá ser ressarcido mediante prévia autorização do presidente se as despesas não ultrapassarem 5 (cinco) salários-mínimos, mediante justificativa prévia e por escrito do interessado.

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **Foro do Brasil**

- § 3º. A associação poderá celebrar acordos com empresas públicas ou privadas, assim como bancos e agentes financeiros, para a cobrança e recebimento das contribuições, assinando o presidente e **Diretor Nacional de Juventude** os respectivos termos contratuais.
- § 4º. As contribuições mensais dos associados poderão ser recebidas através das faturas de energia elétrica, água ou telefone se estabelecidos convênios entre a associação e as respectivas concessionárias públicas ou suas autorizadas, nos termos do parágrafo terceiro acima, depósito em conta bancária ou cartão de crédito se houver convênio firmado.
- § 5º. Caberá à diretoria executiva escolher o banco onde movimentará a conta corrente da associação, pugnando-se por aquele que oferecer a melhor relação custo-benefício.
- § 6º Nenhum membro da diretoria ou associado receberá salário, todavia, se houver desempenho de sua função profissional, em prol da associação e desde que o membro da diretoria ou sócio, tenha qualificação profissional para exercer tal mister, poderá ser deliberado o pagamento de salário prestação do serviço, decidindo se o desempenho da função será efetuado por vínculo Celetista ou por contrato de prestação de serviço, conforme o caso e a função.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Do patrimônio e fundos financeiros de manutenção**

**Art. 53.** O patrimônio da associação se destina, única e exclusivamente, às finalidades da entidade e será assim formado:

- I - Pelos bens móveis e imóveis incorporados através de doação, aquisição ou quaisquer outras formas legalmente obtidas;
- II - Através dos benefícios oriundos de convênios, contratos ou projetos de auto sustentação financeira;
- III - Por doações financeiras, auxílios e rendas eventuais, inclusive aquelas decorrentes da aplicação em Fundos de Investimento, preferencialmente mantidos por estabelecimentos bancários, e da alienação de bens móveis ou imóveis;
- IV - Pelas contribuições dos associados, que vierem a ser eventualmente fixadas pela assembleia geral;
- V - Pelo produto da venda de publicações próprias ou de terceiros a ela doados ou transmitidos os direitos autorais e da realização de eventos de qualquer natureza;
- VI - Outras rendas eventuais.

§ 1º. São fontes de recursos para manutenção da associação todas acima relacionadas.

**Art. 54.** Os bens imóveis da associação somente poderão ser adquiridos, onerados ou alienados a qualquer título, por proposta oriunda da diretoria executiva, desde que aprovada pela assembleia geral, especialmente convocada em caráter extraordinário para esse fim específico, no qual estejam presentes pelo menos 1/5

# **ESTATUTO SOCIAL**

## **Foro do Brasil**

(um quinto) dos associados no gozo de seus direitos estatutários, em votação na qual a proposta seja aprovada por maioria de absoluta dos presentes.

§ 1º. No caso de aquisição de bens móveis ou imóveis, na forma de doação, esta somente será submetida às formalidades previstas no caput do presente artigo, se estiver condicionada a qualquer tipo de encargo ou ônus de qualquer natureza.

§ 2º. A definição dos critérios a serem obedecidos, para o recebimento de doações sem encargos, será de competência da diretoria executiva, ouvido o conselho fiscal da associação através de parecer por escrito.

### **CAPÍTULO III**

#### **Do Fundo Especial de Projetos**

**Art. 55.** Além das receitas e despesas correntes, e as demais integrantes do Caixa da Entidade, constitui patrimônio da associação um fundo especial, sob a rubrica de Fundo Especial de Projetos, a ser utilizado para custear e promover projetos, formado por parte dos percentuais obtidos com a viabilização de projetos, conforme previsto no Inciso XVI do art. 27 deste estatuto.

*Parágrafo Único.* O valor da parte dos percentuais, mencionado no caput do presente artigo, será objeto de proposta da diretoria financeira à diretoria executiva que, após submetê-la à votação, a encaminhará ao Conselho Deliberativo para discussão e homologação.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Do controle interno**

**Art. 56.** O controle interno das contas e do patrimônio será consubstanciado no Sistema de Controle Interno, elaborado e mantido pela diretoria financeira da associação, dentro dos padrões de auditoria recomendados pelas instituições especializadas.

§ 1º. A auditoria externa, quando se fizer necessária, será levada a efeito por profissional independente, devidamente habilitado para esse fim, que deverá colocar à disposição todos os meios indispensáveis à análise e sistematização do controle dentro da associação.

§ 2º. A associação adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes a coibir a obtenção de forma individual ou coletiva de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação no respectivo processo decisório, inclusive se necessário promoverá as medidas judiciais cabíveis à defesa dos interesses da entidade.

## **TÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

#### **Das disposições gerais e transitórias**

# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

**Art. 57.** A associação somente extinguir-se-á nos casos legais ou por deliberação da assembleia geral, reunida extraordinariamente por 03 (três) vezes consecutivas, com espaço de 20 (vinte) dias entre uma e outra reunião, por convocação feita nas condições previstas neste estatuto, sendo que o *quórum* mínimo em cada uma destas reuniões deverá ser de 2/3 (dois terços) dos associados e observando ainda o disposto no Inciso XIX do art. 5º da Constituição Federal.

*Parágrafo Único.* A aprovação da proposta de extinção será considerada legítima se votada favoravelmente pela maioria dos presentes na assembleia, ou seja, metade do quórum mínimo mais 1(um), após apreciação ampla das razões que venham a embasar tal decisão.

**Art. 58.** Em caso de ser dissolvida a associação, e na hipótese de haver resíduo patrimonial, este será destinado a instituição similar, com finalidades não econômicas, reconhecida de utilidade pública federal, estadual ou municipal, de acordo com a deliberação da assembleia geral, em sua reunião que determinar a dissolução, respeitados, no entanto, os compromissos específicos previstos em convênios, contratos e outros quaisquer ajustes, firmados na forma deste estatuto e da legislação vigente.

**Art. 59.** Todos os pedidos de informações, ou até mesmo de certidões, devidamente protocolizados perante qualquer dos órgãos da associação, desde que o sejam com base nos dispositivos da Constituição Federal atinentes à matéria, deverão ser previamente encaminhados à consideração da diretoria executiva, em sua primeira reunião ordinária após a entrada do pedido.

*Parágrafo Único.* Ainda, na forma dos dispositivos constitucionais e legislação complementar pertinente, ao direito de formular pedidos de informações ou certidões corresponderá a obrigação do peticionário em reembolsar a associação nos custos delas decorrentes.

**Art. 60.** Todos os cargos diretivos ou consultivos da associação, exercidos em caráter de gratuidade, são considerados de relevante interesse público.

*Parágrafo Único.* Não é defeso, porém, a participação de um ocupante de cargo diretivo ou consultivo, exceto os ocupantes de cargos financeiros e membros efetivos do conselho fiscal, em projetos ou prestação de serviços profissionais de caráter técnico, mesmo que venha a participar da contraprestação financeira correspondente a esses trabalhos.

**Art. 61.** Os integrantes da diretoria executiva, de comissões ou quaisquer grupos de trabalho designados para atividades específicas, assim como os membros do conselho deliberativo ou fiscal, não poderão invocar tal qualidade no exercício de atividades estranhas à associação.

**Art. 62.** Não será permitida a dupla representação em qualquer cargo de direção e consultivo dos órgãos da associação.

**Art. 63.** Os integrantes da diretoria executiva e do conselho fiscal que se candidatarem a cargos públicos eletivos, poderão solicitar afastamento temporário de suas funções após a homologação de sua candidatura pelo Tribunal Regional Eleitoral, por escrito e pelo

# ESTATUTO SOCIAL

## Foro do Brasil

período de até o dia seguinte à eleição e, se eleitos forem, poderão requerer licença por tempo determinado ou até que deixem de exercer os respectivos cargos públicos.

- Art. 64.** O presente estatuto só poderá ser reformado, em parte ou no seu todo, inclusive no tocante à administração, mediante proposta da diretoria executiva ou subscrita por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados ou com o mínimo de 50 (cinquenta) se se maior esta, no gozo de seus direitos estatutários, sendo apreciada em assembleia geral extraordinária, convocada especialmente para este fim, e com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados, em primeira convocação e com qualquer número em segunda convocação, deliberando-se por maioria absoluta entre os membros presentes.
- Art. 65.** Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos em conformidade com o Código Civil Brasileiro e demais leis aplicáveis. Quaisquer questionamentos serão examinados e supridos pela diretoria executiva, sendo que, face à sua relevância, avaliada a necessidade de aprovação estatutária, haverão de ser submetidos ao referendo da assembleia geral extraordinária.
- Art. 66.** Havendo suplentes eleitos, sempre que convocados se prontificarão a assumir os encargos que lhes forem incumbidos pelo presidente, diretoria ou conselho fiscal no caso de a este pertencer.
- Art. 67.** A reuniões e assembleias gerais poderão ser realizadas presencialmente, de forma híbrida ou totalmente virtuais através de plataformas digitais, à critério da diretoria executiva, e cuja manifestação da vontade dos presentes na plataforma virtual substitui as assinaturas presenciais, sendo que a regulação se dará através do regimento interno.

República Federativa do Brasil, Salvador BA, 29 de Junho de 2023.

*Presidente*

*Advogado*  
OAB 76229 BA